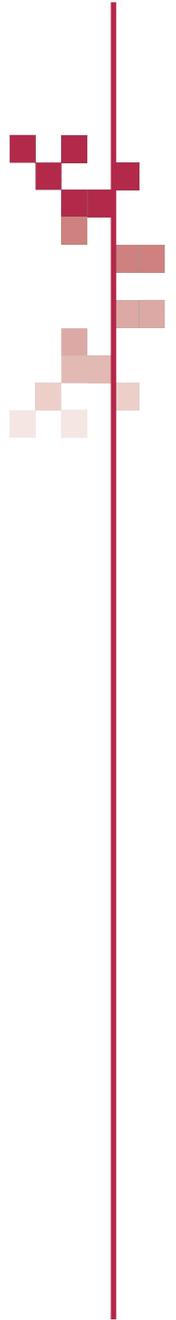


De Revolutionibus

De Revolutionibus



Franz Josef Brüseke¹
bruseke@gmail.com

Resumo

Durante quase um século, com consequências para alguns partidos ocidentais até hoje, a social-democracia alemã forneceu a matriz para a disputa entre diversas correntes internas. Na última década do século XIX, divide-se o campo social-democrata em vertentes ideológicas que vão de uma ala mais "moderada", a qual favorece o trabalho político dos pequenos passos dentro da lei, perpassando o chamado centro-marxista com maioria na presidência do partido social-democrata, até correntes mais "ativistas", que defendem uma ruptura "revolucionária" com a sociedade burguesa como tal. O campo moderado tem fortes afinidades com o sindicalismo, com alguns aliados intelectuais, que desafiam a retórica "marxista" do partido social-democrata por meio de teses "reformistas" e "revisionistas". Chamamos atenção para esta constelação de conflito ideológico, dentro do "esquerdismo" alemão mais do que a cem anos atrás, pois ela fornece a matriz das disputas e lutas dentro e entre os partidos da "esquerda" durante praticamente todo o século XX. No centro da disputa, encontramos um conceito: a revolução.

Palavras-chave: revolução, social-democracia, movimento dos operários, Europa.

Abstract

During almost a century, the German social democracy provided the blueprint for the dispute between internal factions with consequences for some western parties until today. In the last decade of the nineteenth century the social democratic field was divided into ideological strands that go from one moderate-wing approach, that favored the political work of small steps within the law, bypassing the so called center-Marxist with a majority in the presidency of Social Democratic Party, to even more activists' groups, which defended a "revolutionary" break with bourgeois society as such. This moderate party had strong affinities with the syndicalism, allying itself with some intellectuals, who challenged the "Marxist" rhetoric of the social democratic party with reformist and revisionists' ideas. We draw attention to this constellation of ideological conflict within the German "Left" more than one hundred years ago, because it provides the matrix of the disputes and struggles within and between "left" parties during almost the entire twentieth century. In the center of the dispute we found a concept: the revolution.

Key words: revolution, social democracy, workers' movement, Europe.

¹ Professor de Sociologia na Universidade Federal de Sergipe. Universidade Federal de Sergipe, Centro de Educação de Ciências Humanas, Campus Universitário, Rosa Elze, 49100-000, São Cristóvão, SE, Brasil.

Pela primeira vez encontramos a palavra latina *revolutio* num contexto não relacionado com a política. *Revolvere*, o verbo do substantivo *revolutio*, significava algo como "rolar de volta" e foi usado para descrever a movimentação da lua e outros movimentos circulares. Augustino (354-430) referiu-se à representação pagã de uma volta das almas para o corpo, quando usava a palavra *revolutio*. No século XVI, era a palavra bastante popular entre os homens letrados, além de ser usada para os fins da jovem ciência astronômica. A obra inovadora de Copérnico (1473-1543) sobre os movimentos da terra chamava-se, por causa disso, *De revolutionibus orbium coelestium*. A *revolução*, a movimentação da nossa terra acerca do sol expressava, evidentemente, nenhum fenômeno de ruptura histórica, política ou social; muito pelo contrário, surpreende o conteúdo repetitivo e conservador deste conceito nos primeiros séculos do seu uso. Os tempos mudaram, e, com ele, o caráter da palavra *revolução*.

Da revolução dos planetas à revolução política

O pensamento científico no seu estado nascente era ainda permeado de representações mágicas, e não eram poucos os que tentavam derivar fenômenos históricos de forças físicas (Rossi, 2001 [1997]). A tentativa de explicar acontecimentos políticos analisando as constelações estelares ou referências à rotação da terra ou ao magnetismo fizeram parte das jovens ciências ainda não purificadas das irracionalidades de um mundo pré-científico (Brüseke, 2004). Até Galileu (1564-1642) acreditava que as revoluções da terra causariam os acidentes e coincidências na vida humana. Empregando a palavra *revolução* no seu sentido antigo, que denominava uma repetição circular, começa aparecer o que depois deveria praticamente apagar este significado: a ideia de algo poderoso e inovador, um acidente da vida e uma coincidência cujas causas estão fora do alcance do indivíduo.

A Revolução Gloriosa

Da Itália, onde a *rivoluzione* já significava desde o século XIV algo como "evento político turbulento", migrava o novo sentido da *revolução* para Inglaterra. Depois da assim chamada *Glorious Revolution* (Revolução Gloriosa), em 1688, *revolução* significa um evento político capaz de provocar grandes e irreversíveis mudanças. A Revolução Gloriosa de 1688, na verdade, não tão "revolucionária" assim, lembrava mais uma restauração do *status quo* do que uma ruptura definitiva com os interesses da nobreza inglesa. Desde então, todavia, podemos constatar a consolidação da palavra *revolução* enquanto conceito político. Este conceito possui, por enquanto, somente algo "objetivo" que carece do fator "subjetivo", é uma *revolução* sem revolucionários. Estes, por sua vez, entram na cena histórica com a Revolução Francesa. A partir de 1789, na França, fica claro: a *revolução*

é uma reviravolta histórica que pode ser feita pelo homem, ou melhor dito, por um sujeito revolucionário, que quer ser tudo.

A revolução dos espíritos: Voltaire

O século das luzes que culmina na Revolução Francesa (1789) seria impensável sem a voz, frequentemente irônica, de Voltaire (1694-1778). A vitória da razão sobre a superstição e a libertação do homem das forças cegas das circunstâncias era o que Voltaire entendia como *révolution des esprits*, *revolução do espírito*. Para Voltaire, não era a revolta contra o poder estatal o elemento central, apesar do fato de que ele pode ser considerado um dos primeiros intelectuais e escritores com poder público, mas o desenvolvimento harmônico da razão humana. Assim, o conceito de *revolução* de Voltaire refere-se em primeiro lugar ao desdobramento das habilidades cognitivas dos cidadãos e das elites da época. No campo político, ele defendia uma reforma da administração pública, uma tributação mais justa, a abolição de privilégios da nobreza e o fim da arbitrariedade policial. Para as massas comuns, todavia, ele teve pouca consideração. De nenhuma maneira podemos ver no conceito de *revolução* de Voltaire uma teoria de um levante revolucionário das massas. A primeira geração dos iluministas, entre eles além de Voltaire, Montesquieu e Sieyès, acredita numa ordem social baseada numa valoração das competências mentais do homem. A ideia da igualdade está ainda na sombra dos valores derivados da aristocracia do espírito.

Marx: a base material da revolução

Marx tinha acentuado, durante a desavença com o socialismo utópico do século XIX, que seria impossível ultrapassar voluntariamente as relações sociais objetivas, caracterizadas por estruturas econômicas específicas. Seria impraticável apresentar uma ideia ao desenvolvimento histórico real, pela qual este se orientaria voluntariamente. Concepções políticas só poderiam ser realizadas se elas estivessem, de certo modo, economicamente preparadas. O movimento comunista, cujos objetivos Marx e Engels delinearam no manifesto comunista de 1848, não se dirigia, com delineamentos utópicos, à sociedade de classes existente, mas seria um movimento de transformação real da história. Nos manuscritos de Paris e outras publicações dos anos quarenta do século XIX, Marx se voltou contundentemente contra interpretações do percurso histórico, que ignoravam o nível de maturidade das relações de produção (Marx, 1968 [1844]). Eles eram, para ele, teorias especulativas, cujo caráter ilusório não poderia de forma alguma influenciar a marcha real da história. Consequentemente, Marx se dedicava então, nos anos cinquenta, aos estudos político-econômicos, que tinham por objetivo analisar as leis internas de movimento da sociedade burguesa (Marx, 1972 [1867]). Marx acreditava poder constatar que as contradições dentro do modo de produção capitalista entre as forças de produção e as relações de produção tendem a uma

solução na qual a absorção privada do excedente não se opunha mais à forma coletiva de produção. A socialização crescente da produção requer relações sociais adequadas. A emancipação da força produtiva proletária era objetivamente necessária e historicamente possível.

A matriz social-democrata

Durante quase um século, com consequências para alguns partidos ocidentais até hoje, a social-democracia alemã forneceu a matriz para a disputa entre diversas correntes internas. Na última década do século XIX, divide-se o campo social-democrata em vertentes ideológicas que vão de uma ala mais "moderada", que favorece o trabalho político dos pequenos passos dentro da lei, perpassando o chamado centro-marxista com maioria na presidência do partido, até correntes mais "ativistas" que defendem uma ruptura "revolucionária" com a sociedade burguesa como tal. O campo moderado tem fortes afinidades com o sindicalismo, com alguns intelectuais aliados que desafiam a retórica "marxista" do partido social-democrata por meio de teses "reformistas" e "revisionistas". Chamamos atenção para esta constelação de conflito ideológico, dentro do "esquerdismo" alemão mais do que a cem anos atrás, pois ela fornece a matriz das disputas e lutas dentro e entre os partidos da "esquerda", durante praticamente todo o século vinte. A controvérsia sobre o revisionismo, iniciado pelos "revisonistas" Vollmar e Bernstein, foi o prelúdio do grande cisma do movimento internacional dos trabalhadores entre 1914 e 1918. Somente depois deste cisma surgem partidos comunistas que, por sua vez, repetem a luta entre a "esquerda" e a "direita" dentro das próprias fileiras. A social-democracia torna-se, no imaginário comunista, uma representação dos interesses burgueses dentro do movimento operário, enquanto os comunistas parecem na perspectiva social-democrata como aliados de um projeto totalitarista, seja de cunho fascista ou soviético.

No Brasil refere-se o PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira) *expressis verbis* a social-democracia como a sua plataforma ideológica. Outros partidos incorporaram de uma ou outra maneira, e frequentemente sem perceber, elementos programáticos oriundos do social-democratismo. Parece-nos oportuno lembrar que as disputas políticas atuais acontecem num campo político em que o ideário "reformista" é praticamente hegemônico. Nas eleições presidenciais, desde 1994, todos os candidatos à presidência eram da "esquerda" e do vasto campo reformista (PSDB, PT, PPS, PDT etc.) e disputavam entre si o título de melhor representante dessa "esquerda" com discursos "progressistas", "democráticos" e "populistas".

Uma reconstrução do ideário social-democrático, das suas transformações e dos seus maiores dilemas se faz necessária para resgatar, atrás da crescente manipulação televisiva e marqueteira, o que sobrou da política "revolucionária" nos tempos da emergência da modernidade técnica (Brüseke, 2002). Vamos, então, recapitular o início do fim do movimento partidário dos trabalhadores europeus, que teve seu maior palco na Alemanha.

A elasticidade da sociedade burguesa

Por meio dos discursos de Georg Vollmar, proferidos no verão de 1891, em Munique, iniciou-se o que entrou na história da social-democracia como controvérsia revisionista (Papcke, 1979). A defesa de Vollmar do trabalho reformista e prático se dirigia contra a chamada "tática do absoluto", promovida pela maioria do partido. O partido social-democrata, o *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD), no entanto, nada queria saber das teses de Vollmar. A aprovação do programa de Erfurt, pouco depois das teses escandalosas de Vollmar, evidenciava que este só representava uma minoria. Contudo, os desacordos posteriores durante a convenção do partido, em 1895, em Breslau, sobre o programa agrário, indicavam que os conflitos interpartidários já tinham se expandido para uma luta entre diversas correntes. Kautsky colocou-se em Breslau ao lado da maioria ortodoxo-marxista. David e Vollmar ficaram ao lado da oposição emergente e, gradativamente, mais conscientes. O crescimento da clareza teórica dos revisionistas documenta a série de escritos de Eduard Bernstein sobre "as pré-condições do socialismo", que constituía, a partir do final de 1896, o fundamento da crítica revisionista e tornou-se o alvo de ataque dos seus opositores (Bernstein, 1977 [1896]).

A crítica reformista

Os pontos centrais da crítica de Bernstein aos princípios do partido foram:

- Não é de se esperar uma breve derrocada da sociedade burguesa. Portanto, a social-democracia não pode fazer a sua estratégia de transformação dependente de uma grande catástrofe social ou de uma suposta crise final do capitalismo.
- Um agravamento extremo das contradições de classes, conforme o Manifesto Comunista o prognosticava, não é o que registramos. O número dos detentores de capital aumenta, as classes médias não deixam de existir.
- Contrariamente às concepções de Marx, os processos de concentração de capital industrial se realizam apenas lentamente. Processos de concentração na agricultura se mostram mais vagarosos ainda.
- Os privilégios da burguesia cedem gradativamente à expansão das instituições democráticas. O movimento trabalhista fortalecido colocou em marcha uma contra-ação à exploração pelo capital e ganha cada vez mais influência na vida econômica.

Essa "elasticidade" da sociedade burguesa, despercebida pelos dirigentes do partido, exigiria uma nova definição da política. Para essa revisão, Bernstein acreditava poder contribuir. Ele defendeu um realismo, que não perdeu de vista a sociedade como ela realmente é, e recusou-se a canonizar os escritos de Marx, Engels e de outros teóricos do movimento trabalhista do século XIX. Todavia, apesar da sua distância crítica, ele acredita-

va poder justificar suas convicções partindo de Marx e Engels, os quais foram, segundo Bernstein, os maiores revisionistas que a história conhece. Como Bernstein justificava a sua exigência quanto a uma revisão e reorientação estratégica que nos olhos de seus opositores significava simplesmente oportunismo frente ao Estado burguês?

Democracia ou ditadura do proletariado?

Um dos pontos centrais – além da análise das causas da elasticidade da sociedade burguesa – foi o conceito de democracia. Para Bernstein, a democracia é mais do que um meio para a efetivação dos interesses do proletariado. Os traços essenciais da ambicionada ordem estatal socialista aparecem no ideário democrático. É partindo daí que ele se volta contra o conceito da ditadura do proletariado, pois, se a ditadura do proletariado significa o domínio do povo no interesse de todos, respeitando os direitos da minoria e as liberdades republicanas, então seria melhor empregar e defender logo o conceito de democracia. A democracia é, para Bernstein, meio e fim ao mesmo tempo. Ela é o meio de luta dos socialistas e ela é a forma política do socialismo, a ser realizado no futuro.

Embora muitos social-democratas não quisessem renunciar à fórmula da ditadura do proletariado enquanto objetivo histórico, não foi a defesa enfática da democracia que provocou a oposição, mas as conclusões de Bernstein avaliadas como não justificadas. Bernstein acreditava poder dizer que, com o tempo, a participação virtual, por intermédio das eleições políticas, levaria a uma participação política e econômica real. Uma vez que se tenha lutado primeiramente pelo direito democrático de voto, e com isso esteja realizada uma parte da democracia, outras conquistas democráticas serão atraídas. Em relação aos avanços democráticos na Inglaterra, Estados Unidos da América, França, Suíça e países escandinavos, o autor postula até a possibilidade de coexistência de estruturas de poder divergentes no sistema político e na economia.

Na perspectiva de Bernstein, uma democratização das estruturas políticas leva, necessariamente, à abolição da dominação econômica de classes. Ele não inclui nas suas considerações a possibilidade de regressão. O progresso é definitivo com a introdução do direito de voto. Quase de uma maneira idílica, Bernstein descreve a regularização dos conflitos nas democracias burguesas. Ele supõe que, na democracia, os partidos aprendem e, em breve, conhecerão os limites de seu poder. Bernstein, a sua maneira revisionista, divide o otimismo histórico da social-democracia antes da primeira guerra. Apesar dele não acreditar no desmoronamento inevitável da sociedade burguesa, a vitória do socialismo estava garantida. Somente não se deveria dificultar este desenvolvimento positivo com uma fraseologia revolucionária, mas adequar a ideologia do partido a sua política prática. Bernstein temia rupturas convulsivas, caso se tentasse a apropriação social dos meios de produção, sob a orientação

do Manifesto Comunista e dos escritos de Marx e Engels dos anos quarenta do século XIX. Sem a formação das instituições democráticas, o processo de socialização seria previsivelmente acompanhado de uma devastação das forças produtivas e de violência sem sentido. A dominação política da classe trabalhadora poderia então se realizar na forma de um poder central revolucionário e ditatorial, apoiado pela ditadura terrorista de clubes revolucionários. Bernstein escreve isso vinte anos antes da Revolução Russa, aparentemente avaliando as experiências francesas de 1789 em que, de fato, o *terreur* jacobino foi o desfecho autoritário da revolução política. De certa forma, o "revisionista" Bernstein antecipa a crítica que a "revolucionária" Rosa Luxemburg mais tarde deveria fazer a Lênin e à Revolução Russa de 1917 (Luxemburg, 1963 [1918]).

Reforma ou revolução?

Como alternativa ao revolucionarismo, Bernstein recomenda a dissolução gradativa da antiga ordem social, por meio da organização e da lei. O ponto de partida de uma cadeia de conclusões estratégicas erradas de Bernstein é, segundo Luxemburg (1963 [1918]), – uma das suas críticas mais radicais – a sua hipótese da capacidade de evolução do capitalismo. Bernstein não compreenderia que a introdução de uma ordem socialista tem como condição indispensável à exacerbação das contradições socioeconômicas, intrínsecas à sociedade capitalista. A teoria central de Marx sobre o desenvolvimento da formação social capitalista, a qual constatou um agravamento crítico da relação entre forças produtivas e relações de produção, é posta de lado por Bernstein.

Luxemburg exagerou na sua interpretação de Marx e agravou unilateralmente a teoria da crise, do mesmo, numa teoria do desmoronamento. O aspecto cíclico do processo de acumulação perde-se em suas exposições em favor de um modelo evolucionista, em que as contradições econômicas terminam numa solução final. Segundo Luxemburg (1963 [1918]), o desfecho da dialética das forças produtivas e das relações de produção é prognosticável. A tese produtiva e a sua antítese, enraizada nas relações sociais, estão sendo superadas e integradas na síntese qualitativamente nova da ordem socialista.

As análises de Marx dos fatores opostos à queda da margem de lucro deveriam ter enfraquecido tal esquematização dialética, pois tais fatores possibilitaram, a princípio, uma situação econômica de fases de valorização e desvalorização que se revezam entre si, o que – visto sobre um longo tempo decorrido – pode apresentar traços estagnantes ou equipar o capitalismo com uma estabilidade precária. Simplificando, podemos dizer que a função purificadora da crise é capaz de se tornar repetidamente estabilizadora do sistema, em distâncias temporais irregulares e não prognosticáveis. Rosa Luxemburg, em sua dedução do socialismo do colapso necessário da economia capitalista, está longe de uma leitura de Marx que admitiria um fim aberto da história, pelo contrário ela está em plena conformidade com a posição dos marxistas ortodoxos, como Kautsky e Bebel.

Otimismo reformista

O pessimismo histórico em relação à flexibilidade do capitalismo, por parte dos dirigentes da Segunda Internacional, e à respectiva expectativa de uma breve derrocada, tendo como consequência a revolução proletária, não foi compartilhado por Bernstein, mas ele recebeu sua confiança socialdemocrata de outras fontes. O desenvolvimento gradativo da democracia deveria conseguir o que os mecanismos econômicos, em sua opinião, não estavam em condições de realizar: a construção de uma ordem socioeconômica socialista. Bernstein, em sua maneira específica, divide a interpretação da história, bem como os prognósticos históricos, com a social-democracia antes da Primeira Guerra. Os pontos de concordância entre Kautsky, Luxemburg e Bernstein eram aqui, evidentemente, maiores do que estes mesmos gostariam que fossem.

Uma revolução não se pode fazer

O impulso de reflexão de Bernstein, mais importante em nosso contexto, consistia na sua crítica da tese da autodestruição automática do capitalismo. Ele desenvolveu sua teoria da elasticidade da sociedade burguesa e recomendava que não se deveria construir uma estratégia de transformação socialdemocrata dependente de uma suposta catástrofe social. Bernstein expunha, com razão, que a grande algazarra - a derrocada da economia capitalista -, sempre invocada por Bebel, era resultado de uma mescla de desejos utópicos e de uma teoria econômica simplificada. A oposição de esquerda com Luxemburg, Liebknecht, contudo, identificava-se tanto com o marxismo da Segunda Internacional que ela não poderia ter encarado este curso de ideias de outra maneira, senão como uma tentativa de uma reconciliação com a sociedade burguesa. O comportamento prático das facções social-democratas das assembleias estaduais do sul da Alemanha, durante as votações sobre os orçamentos estaduais, confirmava esta avaliação e demonstrava, evidentemente, que o resultado político da heresia Bernsteiniana só podia ser uma política oportunista. Havia aqui, entretanto, um grave erro, o qual - na medida em que ele facilitou identificar a crítica Bernsteiniana globalmente com os socialdemocratas de direita - contribuiu também para manter cada impulso inovador distante da social-democracia.

Sem crise não tem revolução

Luxemburg acentuou explicitamente, em sua desavença com Bernstein, que não se poderia imaginar uma revolução sem um colapso econômico do capitalismo. Ela se voltou radicalmente contra a concepção de Bernstein de que seria possível aproximar-se gradativamente de uma sociedade libertada. Para a questão que ela levantou, "por que e como nós ainda chegaremos ao objetivo final de nossas pretensões?", ela queria

responder apenas caso se persistisse na hipótese da crise final da sociedade burguesa, a qual não tinha uma data previsível, mas ocorreria com absoluta certeza. Uma revolução não se pode fazer, e esta era uma convicção básica irrefutável tanto da oposição de esquerda como do centro marxista. Luxemburg não percebeu, no pensamento de Bernstein, os componentes contrários à inércia da social-democracia. Ela defendeu decididamente, e na controvérsia revisionista bem distante de uma defesa da teoria da espontaneidade, a interpretação de Kautsky do marxismo. Mas as contradições entre a propaganda da ação da esquerda radical - a qual foi articulada, sobretudo, durante os debates da greve de massas - e o marxismo da Segunda Internacional não podiam ser negadas a longo prazo. A ruptura de Luxemburg com Kautsky - como pessoa e ideólogo do partido - não veio por acaso.

Revolução e ditadura do proletariado

Luxemburg, a qual é mostrada na maioria das interpretações mais recentes como propagandista de um socialismo democrático, o era de fato antes de 1914 e somente numa escala bem reduzida. Contra os revisionistas em torno de Bernstein, ela defendia a concepção de uma ditadura do proletariado como ambicionada forma de estado pós-revolucionário. Este sistema político visado deveria excluir as camadas burguesas da participação política. Pois, seguia Luxemburg inteiramente lógica, a retirada de todos os privilégios da exploração e opressão não é tolerada voluntariamente pelos seus detentores, medidas de força seriam, portanto, inevitáveis. Medindo pelo critério da conquista e afirmação do poder político, esta posição pode ter uma determinada plausibilidade do seu lado, mas ela não correspondeu ao ideal de uma sociedade democrática. Luxemburg estava completamente ciente disso e queria ter a ditadura do proletariado entendida, também, somente como fase de transição. Faltaram a ela, contudo, indicações de quando e sob que circunstâncias esta fase de transição encerra e o socialismo democrático inicia. Assim, a ditadura do proletariado permanece em sua concepção de transformação como objetivo de uma transformação revolucionária. Ao discutir as experiências russas de 1917, no entanto, ela esclareceria e mudaria esta posição.

As liberdades republicanas entre reforma e revolução

Também as reivindicações republicanas de Luxemburg, proclamadas com veemência durante a campanha prussiana do direito de voto, aparecem numa luz contraditória. É claro que era oportuno introduzir reivindicações republicanas contra as estruturas semifeudais do Reich alemão, como, por exemplo, o direito de voto das três classes na Prússia, o que prejudicava a população trabalhadora. Seu princípio básico era o direito de voto universal, igual, direto e secreto. Outras reivindicações re-

publicanas centrais se juntavam ao mesmo; dentre elas algumas das mais importantes eram os direitos de liberdade de opinião, da imprensa, de associação e de reunião. Na medida em que tais objetivos (e alguns outros) tivessem sido realizados no Reich alemão, na realidade, isso teria como resultado uma república alemã e não a ditadura do proletariado, conforme Luxemburg e seus correligionários na ala esquerda propagavam paralelamente. Este estado de coisas permite as seguintes interpretações: ou se trata, nas reivindicações republicanas de objetivos levantados, a partir de razões de oportunidades políticas que o sistema autoritário do Estado deveria simplesmente por em dificuldades de legitimação, e isto não estava cogitado de maneira franca e real na sua realização, ou a forma de Estado republicana era cogitada como sistema de transição política precedente à ditadura revolucionária. Portanto, de certa forma, trataria-se da transição para a transição, ou ainda, trata-se pura e simplesmente de uma contradição política. A variedade das afirmações contraditórias e acidentais dos opositores de esquerda sobre esta problemática demonstra a falta de clareza sobre a relação entre a república e a ditadura do proletariado.

Esperar a grande hora sem intervir?

A quietude da social-democracia alemã tem aqui, pelo que concerne à justificativa ideológica, sua fundamentação teórica. O componente da intervenção política consciente estava totalmente subdesenvolvido dentro do instrumento político do partido socialdemocrata. Também, por que desenvolver então uma estratégia de intervenção política, se a história já garante o sucesso da classe trabalhadora? Precisava-se, de certa forma, apenas de se estar preparado para, quando a grande hora se aproximar, exercer o domínio e utilizá-lo para o bem dos trabalhadores. A confiança na vitória foi fortalecida pela afluência constante de associados e eleitores. Somente os descrentes e mal-humorados poderiam duvidar da vitória do socialismo. Nas fileiras da oposição da esquerda ninguém a punha também em dúvida. É verdade que havia quem se mostrasse reservado frente ao otimismo de Bebel, o qual esperava o socialismo ainda durante sua vida. No entanto, todos estavam unidos quanto ao prognóstico final: o socialismo era o resultado irrefutável da história.

Falta de um projeto concreto

Debates estratégicos sobre a questão de como a ruptura revolucionária deveria se realizar foram rejeitados na maioria dos socialdemocratas. Antes de 1914, a oposição de esquerda não tinha muito mais para recomendar antes do que uma maneira de andar mais enérgica. Suas contribuições para os debates da greve de massa são testemunhas disso. Aqueles dentro do partido que ainda tinham ideias mais desenvolvidas de uma estratégia da transição eram – curiosamente – os revisionistas. Se estes, com suas sugestões políticas, não tivessem entrado num vácuo, a controvérsia em torno do revisionismo teria certamente

ficado num episódio. No entanto, sua concepção de uma reforma gradativa da sociedade, de uma evolução democrática que tentou incluir forças burguesas, mostrou-se relativamente realista, ao lado da esquematização histórica do centro marxista e da oposição de esquerda. A crise constante interna do SPD, nas duas décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial, alimentava-se das fraquezas estratégicas de todo o partido e levou finalmente a um bloqueio mútuo de todas as perspectivas nele existente (Schorske, 1955).

A derrota decisiva do movimento internacional dos operários em 1914

A derrota do movimento trabalhista de 1914 encerrou um período de 45 anos de formação de partidos de massas modernos em todos os países europeus. E, como temos que acrescentar depois da implosão da União Soviética e a dissolução de fato do movimento trabalhista com orientação socialista-comunista na Europa ocidental, foi o ponto de bifurcação histórica. Depois de 04 de Agosto de 1914, começa a longa fase da fragmentação do movimento dos operários com inspiração marxista. Em situações extremas, confundem-se até as tradições da oposição anticapitalista com os movimentos fascistas da Alemanha e Itália, ou servem como camuflagem de regimes totalitários, como no caso da União Soviética. Essa intimidade involuntária entre os nazistas e a oposição socialista-comunista mostra-se até em pequenos detalhes: o partido de Adolf Hitler autodenominava-se Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores. Fez, então, questão de sinalizar sua identificação com o trabalho e o socialismo. Benito Mussolini, por sua vez, antes de eternizar-se como ditador fascista, era diretor do *Avanti!* (revista do partido socialista da Itália) e como tal companheiro do Antonio Gramsci (Fiori, 1966).

A grande frustração

Na exposição de Luxemburg, em 1915-1916, contrastavam-se claramente as lembranças do brilhante papel do SPD na Segunda Internacional e suas declarações avassaladoras sobre o SPD de 1914. No entanto, a renúncia da luta de classes pela social-democracia, para Rosa Luxemburg, seria apenas uma aberração da história, na qual a lei rigorosa da história assegura à classe trabalhadora a vitória final. Podia-se extrair da brochura de Junius o quanto custou a Luxemburg a assimilação dos acontecimentos inesperados, os quais não deveriam ter se tornado realidade, se a história tivesse se efetivado de acordo com as suas leis intrínsecas. É verdade que Luxemburg e seus correligionários sempre contaram com o fato de que as circunstâncias contrárias e uma política errônea poderiam levar a atrasos temporários. Toda a sua política de oposição interna partidária estava motivada, exatamente para remover, através do próprio partido, os obstáculos criados ao caminho para o objetivo final.

A história sem leis?

A capitulação do SPD era mais do que uma fraqueza temporária do movimento trabalhista. Diante dos olhos de Luxemburg se realizou um fiasco histórico, para cuja explicação o instrumental ideológico do marxismo pré-guerra não oferecia mais ponto de apoio. A plausibilidade, a qual tinha a crença no progresso da Segunda Internacional ao seu lado, devido às organizações trabalhadoras que sempre se tornavam crescentes e mais influentes, tinha se perdido. A evocação de Luxemburg da lei histórica, que atuava sempre no sentido da classe trabalhadora, soava sem forças. Sua tese de que, apesar da traição de 04 de agosto, a vitória final do socialismo estaria assegurada é possível de ser aceita ou não. Todos os argumentos que a própria história fornecia, dia após dia, pareciam indicar exatamente o contrário. Quanto tempo uma exceção histórica - uma aberração, conforme Luxemburg o denominava - pode durar? E até que ponto ela deve chegar para não levar as leis postuladas ao absurdo? Se a essência da história não aparecer, ou realizar-se de tal forma contraditória que, com igual direito a ação de outras leis ou a ausência da lei histórica sequer poderia ser suposta, a decisão por uma ou outra variante da explicação dos cursos históricos cairá na arbitrariedade.

Socialismo ou barbárie?

A própria Luxemburg sente a contradição entre a filosofia da história da Segunda Internacional e os acontecimentos, cuja análise ela conduz. O abalo da crença no êxito da missão histórica da classe trabalhadora, não pode ser expresso, na realidade, de modo mais evidente do que na alternativa formulada por Luxemburg, ou barbárie ou socialismo. A barbárie, a destruição essencial daquilo que é geralmente denominado de civilização, apesar de suas desigualdades e deformações baseadas na estrutura de classe, aparece como historicamente possível. Nada mais do que a possibilidade da queda conjunta das classes combatentes aparece na indicação de Luxemburg de uma barbárie social ameaçadora. A concepção histórica determinista, marcada teleologicamente, do marxismo da Segunda Internacional, está sendo colocada em xeque. O desfecho da história, que, para Marx, era apenas o verdadeiro início da história de uma humanidade voltada para si mesma, está aberto. A vitória do proletariado ou das classes dominantes, ou a queda de ambos, é possível como resultado da dialética histórica. Luxemburg avaliou esta dolorosa experiência, porém de uma maneira inteiramente contraditória. Além da necessidade que agiu em favor da emancipação da sociedade, ela via a ação histórica de uma segunda necessidade, a qual objetivava exatamente o contrário.

Na terminologia socialdemocrata tradicional, Luxemburg expressa algo novo: na medida em que ela compreende como necessidade histórica as estruturas sociais que se opõem a uma emancipação do proletariado, ela põe em questão a teoria da história, que se movimenta inevitavelmente para o objetivo final do proletariado. Duas necessidades antagônicas no processo

histórico impossibilitam uma declaração sobre o desfecho deste antagonismo. Porém Rosa Luxemburg foi uma política de corpo e alma, em vez de deixar em aberto as questões levantadas ela assegura: "nossa necessidade tem um fôlego mais longo".

O golpe de Estado na Rússia de 1917

Por meio do êxito tático da luta pelo poder dos bolcheviques, nos levantes revolucionários de fevereiro e outubro de 1917 na Rússia, pela primeira vez na história, a transformação proletária revolucionária de uma sociedade saiu da utopia e tornou-se realidade. Pelo menos assim o parecia para seus atores políticos. Amplos setores do movimento trabalhista da Europa Ocidental dirigiram desde então suas esperanças a este primeiro Estado de trabalhadores e camponeses, apesar de que eles estavam operando em um contexto socioeconômico completamente diferente. Para a construção do socialismo faltavam, contudo, na URSS, as condições que Marx, Engels e toda a social-democracia anterior à guerra, incluindo a sua ala de esquerda, tinham considerado como necessárias para uma transformação revolucionária bem-sucedida. Do ponto de vista industrial, a Rússia era apenas um país agrário pouco desenvolvido, com um proletariado industrial numericamente pequeno. A revolução não triunfou, conforme era esperado nas metrópoles bem desenvolvidas (Inglaterra, EUA, França, Alemanha etc.) e sim na periferia.

A Revolução Russa permaneceu isolada num país, não alcançando, como os bolcheviques esperavam, a Europa Central. O mundo capitalista ao redor da União Soviética, depois da fracassada e esmagada intervenção contra os bolcheviques na Guerra Civil Russa, tornou-se cada vez mais hostil. Em 1922, triunfou o fascismo italiano; em 1933, o alemão; a seguir, o espanhol. Em 1931, o Japão invadiu a Manchúria; em 1937, a China. Em 1936, Alemanha e Japão se uniram ao pacto Anti-Komintern, ao qual - dirigido contra a URSS - aderiram em 1937 a Itália, em 1939 a Espanha, a Hungria e Mandchukuo, ocupada pelos japoneses. Sem considerar as relações desse mundo ao redor do Estado Soviético, não se consegue compreender adequadamente os desdobramentos do stalinismo.

A barbárie do socialismo

No final de 1929, a direção do partido decidiu que a maioria dos camponeses da região de cultivo de cereais se organizaria em Kolkhoses. Este processo deveria estar encerrado dentro de poucos meses. Foi necessária uma pressão violenta para forçar os camponeses a entrar nos Kolkhoses. Os meios usados eram a desapropriação, a mudança forçada e a liquidação de uma parte dos camponeses mais ricos, pois a categoria social do kulakismo tornou-se rapidamente uma arma contra qualquer camponês que oferecesse resistência aos Kolkhoses. Os camponeses não possuíam, no novo sistema de Kolkhoses, um direito de cogestão decisiva, eles estavam inteiramente submetidos a uma classe de funcionários estatais e do partido. A ideia da eco-

nomia planificada virou uma economia sob comando. O sistema de tutela necessitava da justificativa ideológica: na concepção soviética do socialismo, mais controle estatal e mais intervenções estatais significavam também mais socialismo. De fato, o conceito socialismo foi por isso progressivamente identificado com o conceito de propriedade estatal. Depois da dissolução da União Soviética, em 1991, foram abertos os arquivos do partido comunista e da polícia secreta do antigo regime. Em um estudo abrangente, também na base desses arquivos, uma equipe de historiadores pesquisou o que significa barbárie do socialismo. O terror soviético, que, aliás, já começou nos tempos de Lênin, vitimizou em torno de vinte milhões de pessoas (Courtois, 1999 [1997], p. 16); destes, seis milhões morreram, uma consequência da reforma agrária, durante a Grande Fome de 1932-1933.

Um fantasma ronda o mundo, o comunismo...

As dificuldades e reviravoltas da transformação socialista na União Soviética não deixaram de influenciar os partidos socialistas e comunistas da Europa Ocidental. Uma elaboração independente de uma teoria de transformação social referente às condições específicas das sociedades industriais do Ocidente se achava obstruída para os diversos partidos comunistas, por meio de sua identificação com o caminho russo para o socialismo. A Revolução Russa, porém, não permaneceu como um episódio singular. Também em outros países os partidos revolucionários conseguiram o poder. Particularmente a Revolução Chinesa de 1949 significou a princípio uma expansão da influência do Partido Comunista Soviético, mas, a partir de 1960, tomou a direção contrária. A força política do modelo de transformação russo, que, durante a fase de coletivização forçada e da repressão interna tinha sofrido graves danos, foi limitada definitivamente pela existência da China, orientada de 1960 em diante de forma antissoviética. As experiências comunistas fora da União Soviética aumentam dramaticamente o número das pessoas mortas por regimes "revolucionários". Milhões morreram em consequência de atos violentos cometidos por estes regimes na China (65), Vietnã (1), Coréia do Norte (2), Camboja (2), Leste Europeu (1), América Latina (0,15), África (1,7), Afeganistão (1,5); junto com aproximadamente 10 milhões de pessoas mortas por partidos comunistas fora do poder; o grupo de pesquisadores do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) francês estima o total dos mortos em quase 100 milhões (Courtois, 1999 [1997], p. 16).

O socialismo chinês foi, para pequenos grupos, fora e à margem dos partidos comunistas da Europa Ocidental o que a União Soviética representou para os partidos comunistas tradicionais: objeto de identificação que ocultava a falta de uma teoria própria e realizável de transformação social. Isto vale tanto para os países industrialmente desenvolvidos da Europa Ocidental como para os países na África, Ásia e América Latina que se confrontaram depois da Segunda Guerra Mundial com a difícil tarefa de tentar a industrialização tardia.

Eurocomunismo: uma nota de rodapé da história

No fim dos anos setenta, os partidos comunistas da Europa Ocidental tentaram uma abertura democrática, começaram destacar a importância das liberdades republicanas e discutiram um caminho específico europeu para o socialismo. Este debate sobre o chamado euro-comunismo, que incluiu vários temas desde a despedida da ditadura do proletariado até a necessidade de um compromisso histórico com as forças burguesas, encontrou bastante ressonância (Timmermann, 1978). Participaram, entre muitos outros, o partido comunista da Itália (Berlinguer), da França (Marchais) e da Espanha (Carillo). Todas essas contribuições aparecem hoje como documento de uma discussão fantasma. O que foi iniciado como o primeiro capítulo da realização de um comunismo ocidental, isto é, uma sociedade igualitária na base das tradições republicanas da Europa, transformou-se na verdade no desfecho inesperado da história dos partidos comunistas da Europa Ocidental. Enquanto os comunistas ocidentais fantasiavam teoricamente sobre um caminho republicano ao comunismo, e Antonio Gramsci tornou-se autor da moda, ambientalistas atacavam usinas nucleares e feministas levantavam a questão de gênero, e a União Soviética fez uma última tentativa de ganhar a *Guerra Fria* com a instalação de um novo tipo de míssil balístico equipado com ogivas nucleares, o *SS 20*. A OTAN respondeu, mais uma vez, dentro da lógica da Guerra Fria e ameaçou estacionar o *Pershing 2*, na Alemanha Ocidental. A consequência foi a eclosão de um (novo) movimento social pela paz, com grandes manifestações nos anos 1982-1983, do lado da Europa Ocidental, e o esgotamento final do modelo econômico soviético que não conseguiu mais acompanhar a dinâmica do crescimento econômico e militar do Ocidente. A tentativa de "reformular a revolução" liderada pelo novo presidente da USSR, Gorbachev, fracassou. A *perestroika* e o *glasnost*, os projetos de reforma e do debate público sobre os problemas do socialismo evidenciam a inviabilidade da USSR (Gorbachev, 1987).

Da social-democracia à social-democracia

Da social-democracia europeia, unida na Segunda Internacional Socialista que se desfez nas turbulências da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), herdou a social-democracia contemporânea pouco mais do que o nome. Com a integração da grande maioria da social-democracia alemã na política belicista do governo do imperador Guilherme II e, mais ainda, com a adesão a uma política de preservar a governança durante a República de Weimar (1919-1933), perdeu-se o que era característico para a social-democracia antes da guerra. Durante as décadas que precedem a guerra, ela apostava numa alternativa fundamental à sociedade burguesa e sua economia capitalista.

Ela acreditava, seguindo uma leitura "economicista" de Marx, que a ruptura da lógica do sistema seria promovida por este mesmo e se preparava para assumir a liderança política na hora da crise final do capitalismo, quando a sociedade sem classes surgiria das cinzas da revolução. As diversas vertentes (revisionistas, centro-marxista, radicais da esquerda) discutiram sobre os meios para alcançar esta alternativa ao sistema capitalista, mas não discordaram sobre o fim. A social-democracia alemã liderava ideologicamente a social-democracia europeia e teve uma forte influência sobre os social-democratas nos países agrários e despóticos da periferia europeia. Lênin e Luxemburg eram, até 1914, social-democratas, sendo uma constatação que soa estranha para os ouvidos contemporâneos.

A história da social-democracia no século vinte é frequentemente apresentada pelos seus críticos como uma história da traição. Assim, a social-democracia teria "traído" os ideais comunistas do próprio Marx ou algo pior. Esta crítica estende-se frequentemente ao desenvolvimento da União Soviética ou outras experiências com o socialismo real. A "traição" é sempre a "traição" de um compromisso entre partes e o abuso de confiança depositada em alguém. Existe traição em sociedades que ainda conhecem a "honra" enquanto valor e mecanismo regulamentador das relações entre os homens. A "traição", então, é uma categoria oriunda de sociedades pré-modernas e muda o seu caráter radicalmente quando aplicada ao comportamento das pessoas envolvidas na dinâmica modernizante.

O que de fato aconteceu com os ideais revolucionários da antiga social-democracia foi sua destituição pelos acontecimentos reais. A história não queria seguir (nem forçando ela violentamente) as expectativas e desejos direcionados a ela. Mostrou-se a dinâmica racionalizante e técnica superior à política sancionada em congressos e convenções. A modernidade técnica venceu o voluntarismo político (Brüseke, 2002).

As bases da política

Hoje, existe uma maior consciência referente ao fato de que a sociedade contemporânea corresponde essencialmente a demandas técnicas. Estas são principalmente de natureza econômica, o que limita de antemão qualquer política e faz dela praticamente um apêndice da economia. As políticas governamentais, as políticas públicas, expressam este fato de forma mais nítida. Não existe ação governamental que não cause de uma ou outra forma custos; assim, ela fica presa às possibilidades financeiras definidas pelo orçamento anual. Este, por sua vez, depende do volume de arrecadação de impostos ou da captação de recursos, via empresas estatais ou financiamentos internos e externos. Todas essas fontes existem, mas possuem limites nítidos, que variam de país para país e de época para época.

A ideia do *welfarestate*, do Estado do bem-estar-social, vem se confrontando há décadas com o problema do financiamento dos programas sociais, como seguro-desemprego,

aposentadoria, saúde pública, ensino público etc. Os países da comunidade europeia discutem, sem exceção, como financiar estes programas em tempos de escassez de recursos e aumento de demanda social. Até os Estados Unidos, apesar da maior elasticidade do seu orçamento, conhecem períodos com cortes nas despesas sociais para adaptar seus gastos a suas fontes de financiamento.

Não é possível "queimar etapas", crescer "cinquenta anos em cinco" ou resolver as demandas por emprego, moradia e saúde pública rompendo as estruturas existentes. É possível, sim, romper as estruturas existentes; pois não é possível resolver as deficiências socioeconômicas rompendo estruturas. A economia moderna (capitalista) não corresponde a ingerências voluntaristas, ou, quando corresponde, reage com oscilações erráticas.

O Estado racional, demandado pela economia e pela sociedade complexa

A economia moderna (capitalista) ganhou seu impulso decisivo, quando reuniu três elementos que surgiram na saída da Europa da época que chamamos hoje Idade Média, por sinal: a ciência, a técnica moderna e a empresa capitalista. O século dezenove foi o *point of no return* dessa nova formação socioeconômica que deveria se tornar hegemônica depois ser questionada no campo histórico pelo socialismo russo (1917-1991) e chinês (1949 até hoje). A superioridade desta nova formação histórica baseia-se na sua racionalidade econômica e administrativa e não, como seus adversários destacavam, na sua maior capacidade exploratória ou no seu caráter mais violento. Isso não quer dizer que essa "sociedade moderna" não era exploratória ou violenta, mas que ela promoveu a exploração economicamente e desenvolveu a sua violência, inclusive a militar, racionalmente. A racionalidade sempre pondera a relação razoável entre meios e fins, ela repudia o uso desenfreado e irracional de qualquer meio.

Segundo Max Weber, desenvolveu-se o Estado racional primeiramente no Ocidente, fato que gerou uma relação tensa entre a Europa e o mundo extraeuropeu. Na verdade, temos que diferenciar Europa em seus diversos países e regiões e destacar o papel da Inglaterra, em primeiro lugar, França, em segundo, e Alemanha, em terceiro, quando avaliamos a importância destes no processo da racionalização (capitalista) europeia. Também deveríamos expandir o conceito de Ocidente, a partir da primeira Guerra Mundial, a uma das ex-colônias britânicas, os Estados Unidos da América.

Em todos esses países, podemos observar a emergência de um estado racional e seu papel chave no desenvolvimento da sociedade moderna, sua economia, mas, também, na construção de um tecido institucional, capaz de atender ou neutralizar as demandas sociais básicas, sem bloquear a dinâmica econômica (capitalista).

O que é o Estado racional?

O chamado Estado racional está caracterizado, segundo a análise de Weber, em sua obra póstuma *Economia e Sociedade* (Weber, 1991 [1922]), pelo seguinte:

- as competências são bem definidas e cada função administrativa segue obrigações claras;
- existe uma hierarquia de comando, regulada por normas;
- a qualificação dos funcionários segue normas específicas para cada função;
- existe uma hierarquia das funções;
- o desenvolvimento do escritório, o "büro" (daí vem a palavra burocracia), dispõe sobre recursos técnicos e financeiros e é o lugar da administração e arquivamento dos processos;
- cada exercício de uma função nesta "burocracia" exige uma formação referente e esta uma função específica;
- a função está sendo executada profissionalmente; o "cargo" torna-se profissão;
- a função administrativa segue regras que podem ser transmitidas e aprendidas;
- no exercício da sua função, o funcionário aplica o princípio da impessoalidade; os interesses particulares do funcionário estão radicalmente separados da administração pública.

As cogitações de Weber (1991 [1922]) sobre o Estado racional continuam sendo válidas, e sabemos que o "preço social" pago pelos países que não conseguiram racionalizar seu aparelho estatal é alto. A administração racional também tomou conta das grandes aglomerações econômicas que frequentemente injetaram alguns elementos mais elásticos nesta estrutura "burocrática" para poder acompanhar os permanentes desafios pela concorrência. A capacidade inovadora agrega-se racionalmente à competência administrativa no setor produtivo e de serviços e faz dela um mecanismo somente superável por técnicas que aplicam o princípio da racionalidade técnica com mais competência.

A política limitada

O agir político encontra-se numa situação pouco estimulante: por um lado, ele enfrenta os limites oriundos da permanente escassez de recursos e é assim condenado a estratégias dos pequenos passos (passos do tamanho do orçamento); por outro, é obrigado a se submeter à lógica racionalizante da administração pública. A negação do chamado "estado racional" é sempre, quando acontece, um desastre para a população, principalmente aquela menos abastecida, a qual depende das instituições públicas que, por sua vez, dependem da aplicação ótima dos escassos recursos.

Essas verdades, que limitam as possibilidades da política (mas também não impossibilitam a política), são duras para alguém que espera da política mais do que ela pode dar. O apelo salvacionista, promessas mirabolantes de campanhas eleitorais, sempre vai ser frustrado no dia a dia da administração da causa pública. Quem espera salvação da política ou a construção de um "outro mundo", vai encontrar no mundo real uma decepção segura. Quem quer contribuir para um melhor gerenciamento das instituições, todavia, tem muito trabalho e, quem sabe, vai ter um dia a satisfação de ter cumprido seu dever.

A esperança de encontrar o *escaton*, a salvação, no campo terreno é uma reminiscência religiosa que deveria ser colocada no seu devido lugar. Misturar sentimentos religiosos com a política e o estado moderno torna este ineficiente e a política potencialmente perigosa. Se a saudade revolucionária reencontra sua verdade transcendente e identifica o desejo de alcançar um "outro mundo", como expressão da vocação do homem de pensar na direção do aberto do Ser, podemos, quem sabe, fazer política na altura da modernidade técnica e sem o sentimento da derrota.

Referências

- BERNSTEIN, E. 1977 [1896]. *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie*. Berlin, Bonn, Dietz, 275 p.
- BRÜSEKE, F.J. 2002. A Modernidade Técnica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49):135-144.
- BRÜSEKE, F.J. 2004. Mística, Magia e Técnica. *Política e Sociedade: Revista de Sociologia Política*, 4:167-218.
- COURTOIS, S. 1999 [1997]. *O Livro Negro do Comunismo: Crimes, Terror e Repressão*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 924 p.
- FIORI, G. 1966. *Vita di Antonio Gramsci*. Roma, Laterza, 304 p.
- GORBACHEV, M. 1987. *Perestroika – New Thinking for our Country and the World*. New York, Harper & Row Publishers, 254 p.
- LUXEMBURG, R. 1963 [1918]. *Die Russische Revolution*. Frankfurt, Europäische Verlagsanstalt, 88 p.
- MARX, K. 1968 [1844]. *Texte zu Methode und Praxis. Pariser Manuskripte 1844*. Hamburg, Rowohlt, 257 p.
- MARX, K. 1972 [1867]. *Das Kapital*. Marx-Engels-Werke. Berlin, Dietz Verlag Berlin, 955 p.
- PAPCKE, S. 1979. *Der Revisionismusstreit und die politische Theorie der Reform*. Stuttgart, Berlin, Köln, Mainz, Kohlhammer, 200 p.
- ROSSI, P. 2001 [1997]. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru, São Paul, EDUSC, 494 p.
- SCHORSKE, C.E. 1955. *German Social Democracy of 1905-1917. The Development of the Great Schism*. Cambridge, Harvard University Press, 374 p.
- TIMMERMANN, H. 1978. *Eurokommunismus*. Frankfurt, Fischer, 204 p.
- WEBER, M. 1991 [1922]. *Economia e Sociedade*. Brasília, Editora UNB, 2 vols., 422 p.

Submetido em: 18/10/2010

Aceito em: 20/11/2010